



Roadshow

SERVIÇOS PARTILHADOS E COMPRAS PÚBLICAS

INOVAR COM VALOR

06 de fevereiro | CCDR-Norte, Porto



14h30	Receção de Participantes
15h00	Sessão de Abertura
15h15	Serviços Partilhados de Finanças e Recursos Humanos <i>Uma Nova Aposta de Gestão Integrada</i>
15h45	Serviços de TIC e Inovação em PMO <i>Uma Nova Rede de Interoperabilidade</i>
16h15	Compras Públicas <i>Novos Desafios Operacionais e Jurídicos</i>
16h45	Testemunhos Práticos da Região do Norte <i>Universidade do Porto</i> <i>Comunidade Intermunicipal do Cávado</i>
17h15	Debate
18h00	Encerramento

Objetivos estratégicos	
OE1.	Aumentar a eficácia dos serviços prestados Foco na criação de valor através da atuação em três vertentes: • Abrangência do modelo, privilegiando a dimensão dos serviços partilhados – nas áreas de finanças, RH e TIC; e a centralização, no caso das Compras Públicas e do PVE; • Adequação dos instrumentos, de modo a que os mesmos evoluam de acordo com as necessidades dos clientes; • Universalidade, aumentando a abrangência de atuação na Administração Pública.
OE2.	Contribuir para a redução da despesa pública Através da eficácia e eficiência dos serviços prestados, assegurar a contribuição para a redução da despesa pública, promovendo a utilização racional de recursos públicos comuns e a prestação de serviços partilhados.
OE3.	Promover a excelência operacional e qualidade do serviço Assegurar a excelência da operação e a qualidade dos serviços prestados, suportada pelo aumento da eficiência dos processos.
OE4.	Desenvolver capacidades e competências críticas Desenvolver as capacidades críticas na organização, nomeadamente, a cultura organizacional, as competências e desempenho dos colaboradores, os processos, bem como a gestão eficiente dos meios e recursos que permitem atingir os objetivos definidos.

O Papel da eSPAP

- › Papel Mobilizador
- › Papel Coordenador
- › Papel Inovador

A eSPAP como um Indutor de Mudança Positiva

Forte Mobilização Estratégica

- › Organização do PESPAP
- › Criação de Redes Inteligentes
- › Demonstração e Partilha de Boas Práticas

Adequada Eficiência Operacional

- › Foco nas Áreas Centrais
- › Gestão Inteligente de Recursos
- › Avaliação e Monitorização de Resultados

- › **Dinamização do PESPAP / eSPap Lab**
- › **Capacitação e Trabalho colaborativo**
- › **Participação no PORTUGAL 2020**
- › **Demonstração e Partilha de Boas Práticas**



eSPAP LAB

Entidade de Serviços Partilhados
da Administração Pública, I.P.



Uma Plataforma Colaborativa



Sessão de apresentação do Plano Estratégico de Serviços Partilhados

3 de fevereiro de 2015



SP **FIN**

Gestão Financeira

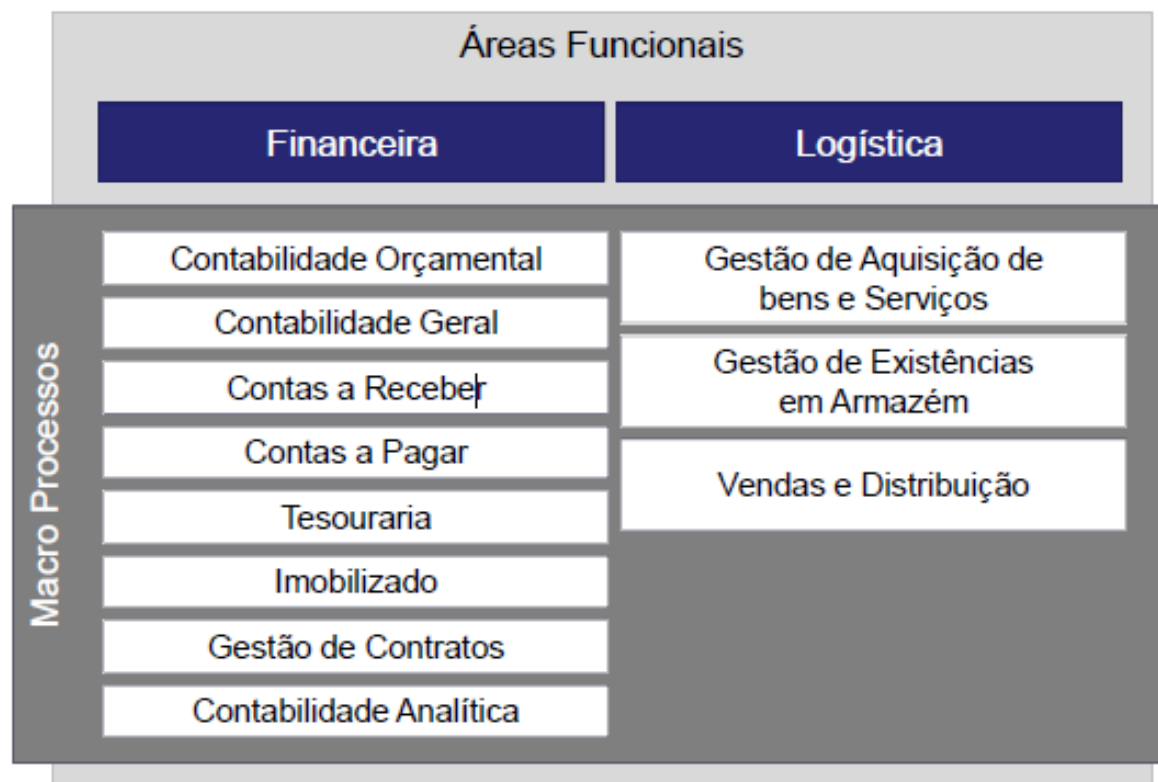


A integração, normalização e boas práticas nos processos financeiros e logísticos pelos serviços partilhados na Administração Pública

Serviços Partilhados de Finanças em números...

-  **+ 350 entidades** implementados em GeRFiP
-  **+ 5.800 utilizadores**
-  **+ 8.450 pedidos de serviço/mês**
-  **+ 4.700 pedidos de criação de dados mestres centrais/mês**
-  **+ 1.320 pedidos de apoio/mês**

O GeRFiP permite a qualquer serviço, independentemente da sua dimensão, regime de autonomia, sector de atividade ou localização geográfica, dispor de uma ferramenta de suporte à gestão, económica e patrimonial e que obedeça ao Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).



Os SPFIN visam crescer por duas vias, por um lado alargando o âmbito dos serviços prestados e, por outro, investindo no Programa Transformacional da Gestão Financeira Pública (PTGFP), como forma de se posicionarem, no futuro, como os prestadores de serviços financeiros da Administração Pública (AP)



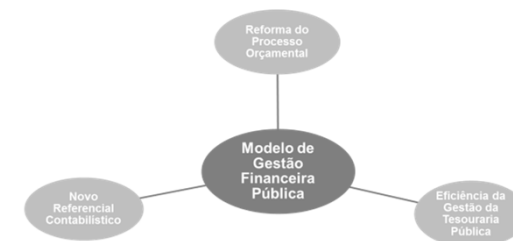
Aprofundamento do Split Operacional (em dois momentos)

- Centralização de alguns processos (faturação eletrónica, por exemplo);
- Após a implementação do PTGFP, irá permitir a realização de processos pela eSPap, através de uma maior automatização de diversas atividades e centralização de atividades repetitivas ou de elevado valor acrescentado, em termos de aumento da eficiência e qualidade de execução pela sua realização concentrada.

PTGFP - Reforma do processo orçamental

Principais objetivos:

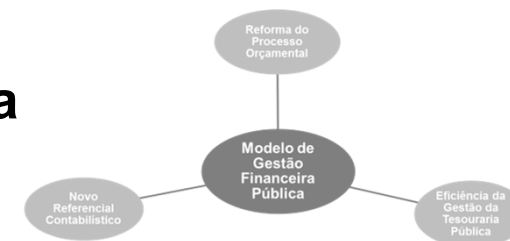
- Alteração da organização jurídica da Lei de Enquadramento Orçamental;
- A simplificação do processo orçamental;
- Novo enquadramento orçamental dos serviços e organismos da Administração Pública;
- Alteração dos macroprocessos orçamentais;
- Alteração do processo de prestação de contas;
- Garantir uma efetiva articulação entre a execução orçamental e a tesouraria do Estado.



PTGFP - Eficiência da Gestão da Tesouraria Pública

Principais objetivos:

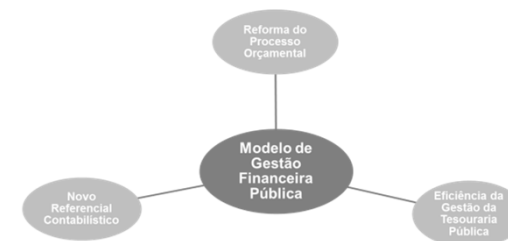
- Assegurar que existem disponibilidades financeiras suficientes para liquidar as obrigações à medida que as mesmas se vão vencendo;
- Garantir que o recurso ao financiamento só ocorre quando é necessário;
- Maximizar o retorno da tesouraria disponível;
- Permitir a gestão eficiente dos riscos financeiros;
- Permitir a reconciliação diária entre a informação bancária e a contabilidade por fonte de financiamento.



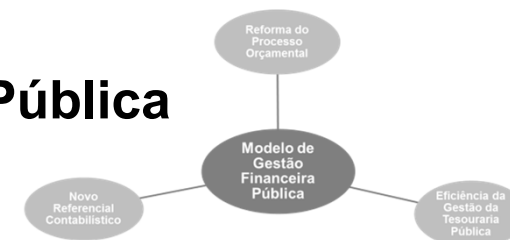
PTGFP - Novo referencial contabilístico (SNC-AP)

Principais objetivos:

- Substituição do POCP e dos demais planos setoriais em vigor (POCMS, POC-E, POCAL e POCISS);
- Adaptação das IPSAS - International Public Sector Accounting Standards;
- Separação da contabilidade orçamental da contabilidade financeira;
- Existência de um classificador económico multidimensional;
- Aumento da transparência das contas públicas e o alinhamento com as necessidades da contabilidade nacional.



Programa Transformacional da Gestão Financeira Pública



Implica:

- Adequação dos processos e procedimentos, potenciando a otimização e automatização;
- Reformulação de responsabilidades e competências dos agentes;
- Adequação de regras e princípios;
- Adequação da legislação;
- Adequação dos sistemas de informação de referência:
 - Sistemas transacionais;
 - Sistemas de agregação, regulação e auditoria;
 - Sistemas de gestão da informação / analíticos.



SP RH

Recursos Humanos

Serviços partilhados de recursos humanos

Os Serviços Partilhados de Recursos Humanos são suportados na solução **GeRHuP** | Gestão de Recursos Humanos em modo Partilhado, que integra os processos de gestão de recursos humanos e na solução **GeADAP** | Gestão da Avaliação de Desempenho na AP (SIADAP).



› Gestão administrativa de pessoal

› Gestão organizacional

› Início de funções

› Gestão de cadastro

› Saídas

› Vencimentos

› Assiduidade e trabalho extraordinário

› Deslocações em serviço

› Recrutamento e seleção

› Formação

› Gestão previsional de pessoal

› Orçamentação de custos com pessoal

* A disponibilizar em fases posteriores



› Avaliação de desempenho | AP Central

› Avaliação de desempenho | AP Local

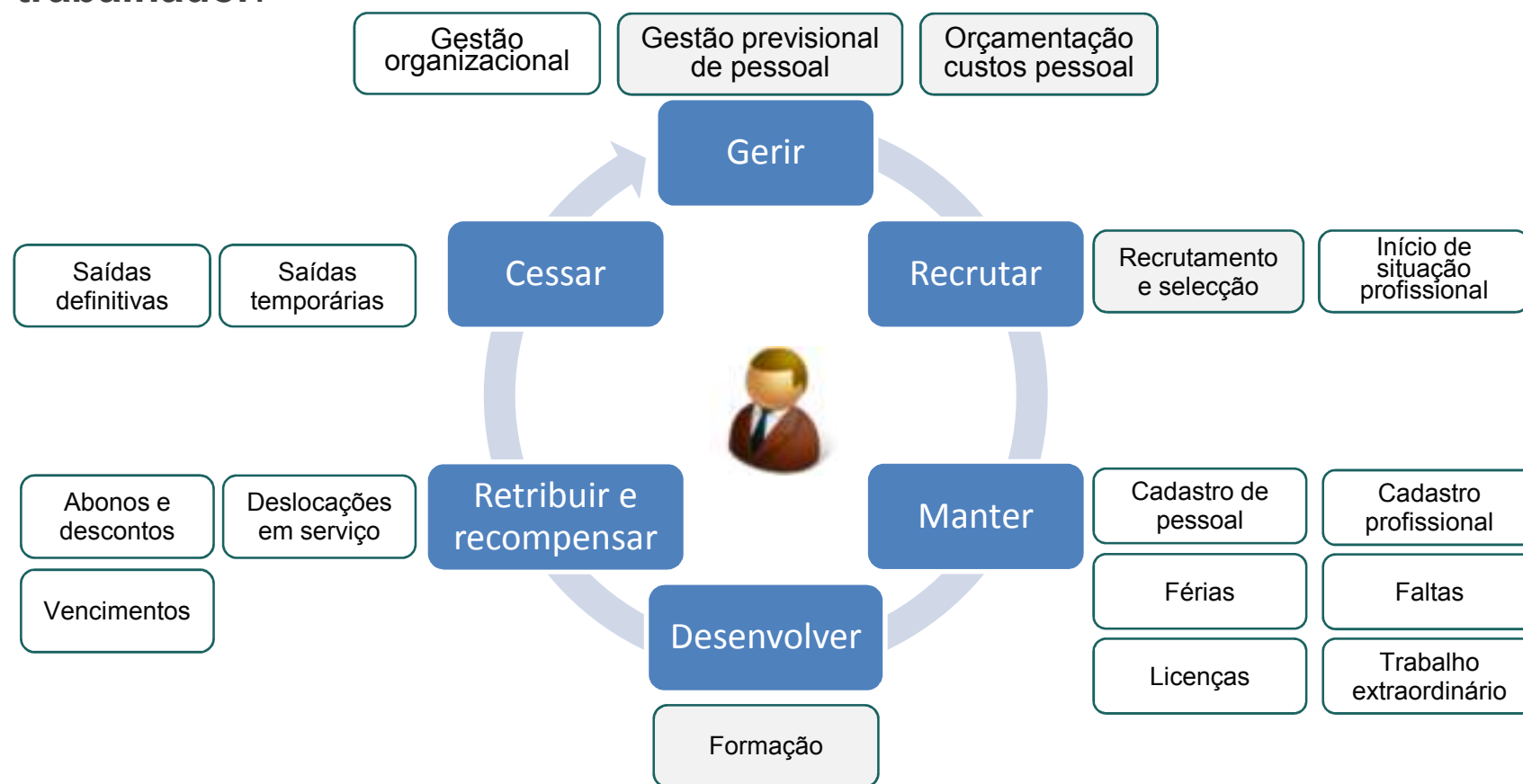
Integração, normalização e boas práticas nos Serviços Partilhados de Recursos Humanos na Administração Pública.

A disponibilização dos Serviços Partilhados de Recursos Humanos é suportada na solução de **Gestão de Recursos Humanos em modo partilhado – GeRHuP/RCM 83/2010** – que integra os processos de gestão de recursos humanos, com vista a:

- Contribuir para a **aplicação uniforme da legislação** de gestão de pessoal, reduzindo e progressivamente eliminando as diferentes visões e contradições de dados provenientes dos vários serviços da AP
- Disponibilizar **mais e melhor informação sobre os trabalhadores e entidades**, promovido pela integração de informação (centrada no conceito de pessoa), na entrada única de dados, na partilha de informação e na capacidade de gerar diversos tipos de relatórios nominais ou agregados
- Disponibilizar uma **solução de utilização simples**, através do portal, com áreas de trabalho direcionadas às necessidades dos diversos utilizadores e com circuitos para descentralização de processos, potenciando e agilizando as atividades de aprovação, disponível 7x24, sendo acessível através de um simples *browser*, a partir de qualquer ponto geográfico

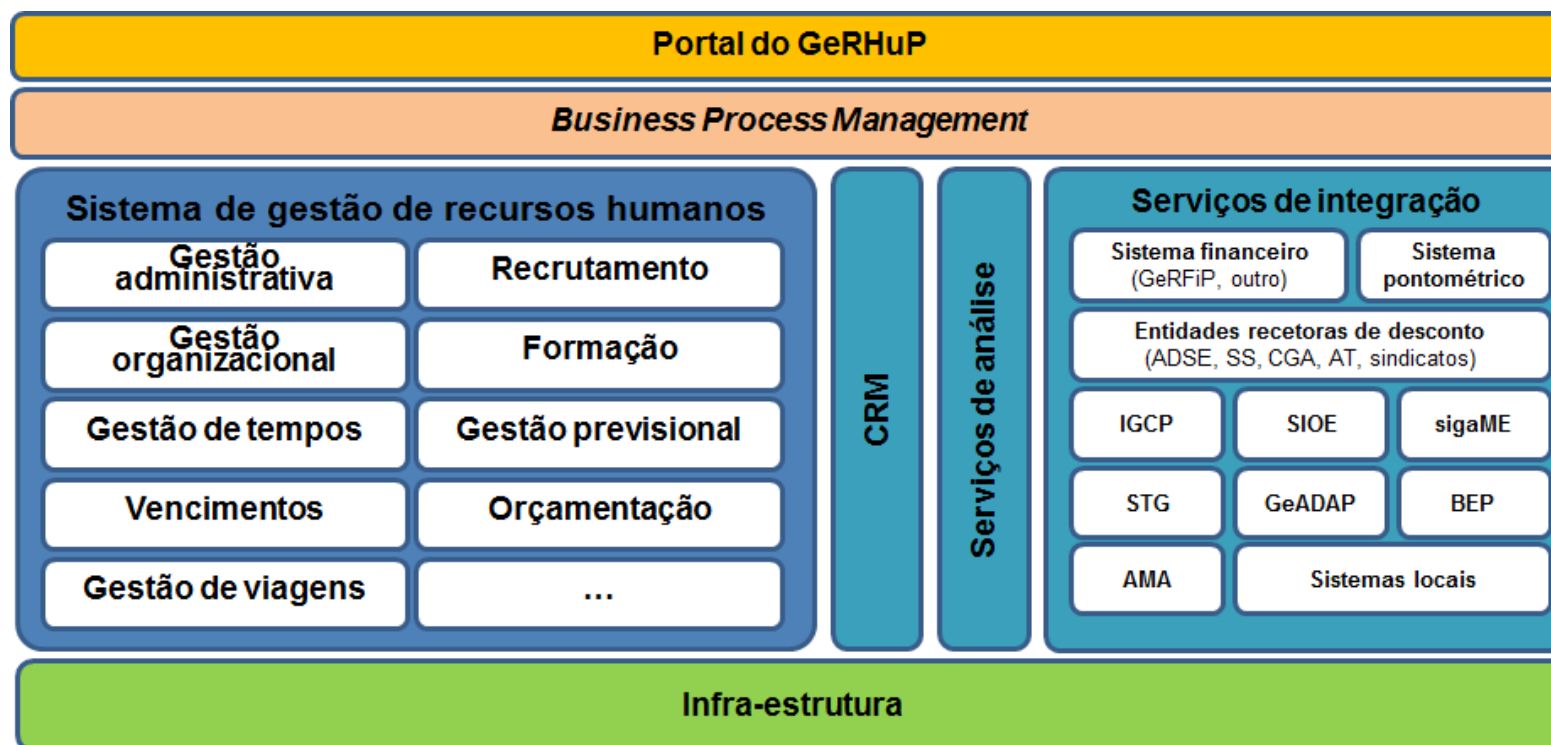
- Disponibilizar um **sistema ágil e suficientemente flexível** que possa ser atualizado de acordo com a evolução legislativa e com as melhores práticas, com reduzido impacto nos processos de negócio
- Reduzir o esforço administrativo através da **uniformização e descentralização dos processos**, bem como da automatização de funcionalidades
- **Reduzir os custos de posse** das diversas soluções de gestão de recursos humanos na AP, inclusive na sua atualização e evolução

O GeRHuP assenta numa **lógica modular**, composta por diferentes blocos funcionais, que oferecem um conjunto de serviços, disponíveis aos utilizadores via cerca de **90 processos relacionados com o ciclo de vida do trabalhador**.



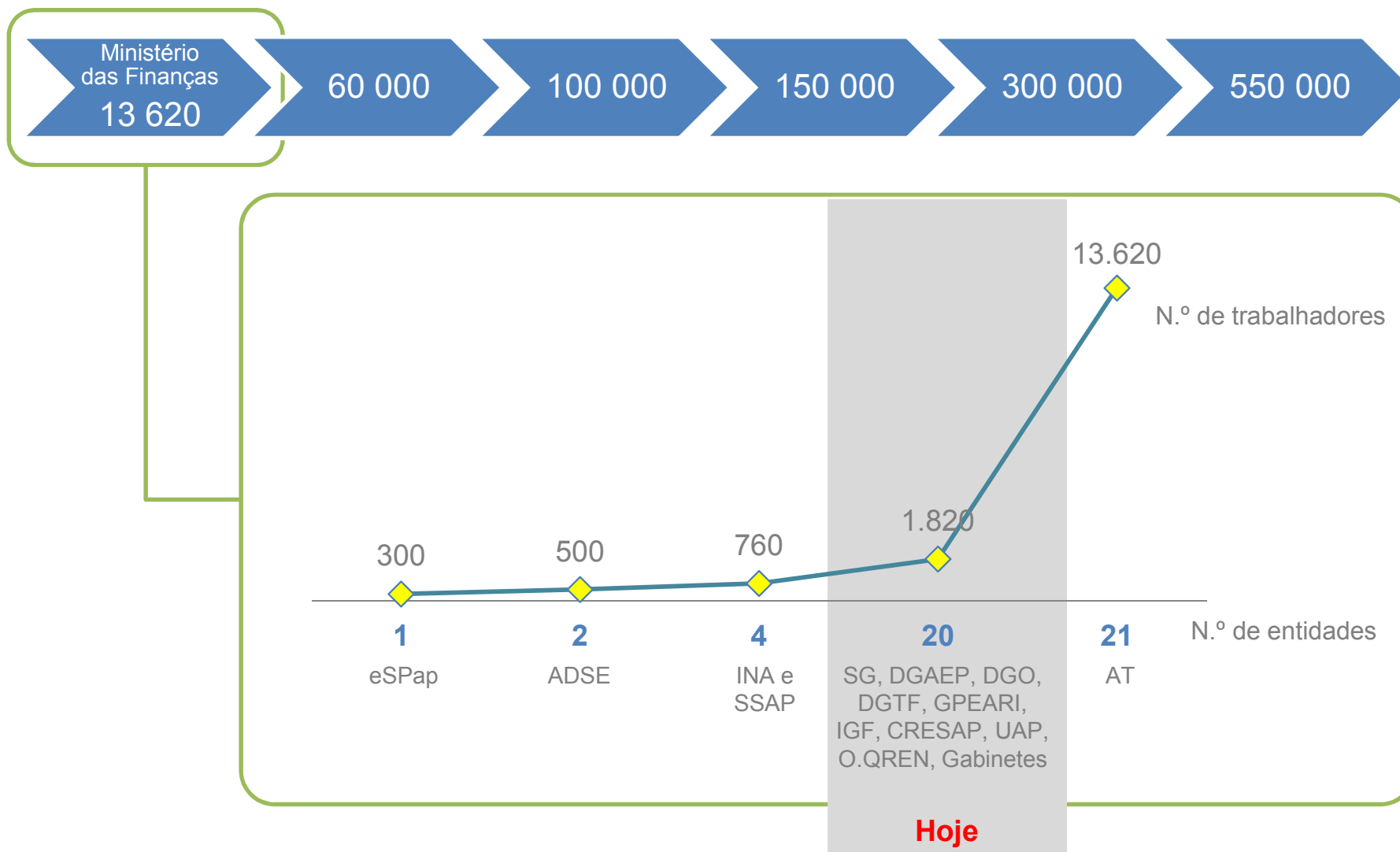
* A disponibilizar em fases posteriores

O GeRHuP está enquadrado numa **arquitetura orientada a serviços** (*Service-Oriented Architecture* - SOA) que permite a interoperabilidade entre os diferentes sistemas.



A implementação do GeRHuP conta com o suporte de entidades de apoio especializado/ normativo.

Entidade	Papeis e responsabilidades
 Ministério das Finanças e da Administração Pública dgae direcção-geral da administração e do emprego público	• Validar o modelo processual e as regras de negócio e esclarecer dúvidas técnicas
 DGO Direcção-Geral das Finanças	• Definir as regras de contabilização das despesas de pessoal e esclarecer dúvidas técnicas
 AT autoridade tributária e aduaneira	• Definir as regras de tributação de impostos e esclarecer dúvidas técnicas
 Caixa Geral de Aposentações  DSE  SEGURANÇA SOCIAL	• Definir as regras da proteção social e dos subsistemas de saúde e esclarecer dúvidas técnicas



Como principais benefícios da nossa prestação de serviços, destacamos:

- › Melhores práticas, normalização de processos e aplicação uniforme da legislação e regulamentação do sector público
- › A identificação de um conjunto de incoerências permitidas pelos sistemas atuais, que têm vindo a ser reportadas, como fonte de informação para alterações legislativas ou processuais
- › Atualização da solução de acordo com a evolução legislativa e com as melhores práticas, com reduzido impacto nos processos de negócio
- › Acesso a mais e melhor informação sobre trabalhadores e entidades (e.g. disponibilização de uma nota de abonos e descontos detalhada que permite a conferência dos resultados salariais)
- › Consolidação dos dados dos trabalhadores do Ministério das Finanças potenciando a partilha de informação entre os diversos serviços que dela necessitam nos termos legais

SP RH

em números ...

≈ 1.820
trabalhadores com
vencimentos em
GeRHuP

+ 600 serviços-
cliente utilizadores
de GeADAP

+ 151.000
avaliações de
desempenho em
GeADAP

+ 690 QUAR em
GeADAP

Âmbito dos serviços

- › Conclusão do desenvolvimento do GeRHuP
- › Conclusão do piloto dos SPRH no Ministério das Finanças
- › Expansão dos SPRH para outros ministérios
- › Implementação do piloto para expansão do catálogo de serviços

Excelência Operacional e Qualidade

- › Definição do modelo de *pricing* dos SPRH
- › Conclusão do modelo de relacionamento com o cliente
- › Implementação de mecanismos de *performance e reporting*



SPTIC

Tecnologias de Informação
e Comunicação

Racionalização das TIC na AP |

Factos e desafios para a implementação de SP nas TIC



Antes de 2012 →

- Custos elevados com TIC sem reflexo na qualidade dos serviços prestados;
- Função TIC fortemente fragmentada (um departamento TIC por organismo com falta de competências; centenas de CPD/salas técnicas sem condições; etc...);

Entre 2012 e 2014 →

- É desenhado e aprovado o PGERRTIC
- Estratégia apontava para a centralização da função informática por ministério
- Atribuições e competências para a prestação de serviços partilhados definidas por ministério
- Existência de ministérios com tradição de centralização TIC e com capacidade instalada para a prestação de serviços TIC
- Governação das TIC ao nível da AP sob coordenação da AMA/GPTIC
- ESPAP com atribuições e competências para a prestação de serviços partilhados TIC à AP
- Ideia generalizada de lentidão na obtenção dos objetivos do PGERRTIC

Como dar resposta aos desafios de racionalização da despesa com TIC e aumento da qualidade dos serviços prestados?



RSP TIC

Rede Operacional
de Serviços Partilhados TIC

Papel: Coordenação
da Rede + prestação
de serviços



Complemento de
capacidade

Critérios para
integração na Rede:
Organismos TIC com
capacidade instalada +
ministérios com
tradição de
centralização TIC

Papel: Prestação de
serviços

SP TIC Setorial Seg. Social (II)

SP TIC Setorial Justiça (IGFEJ)

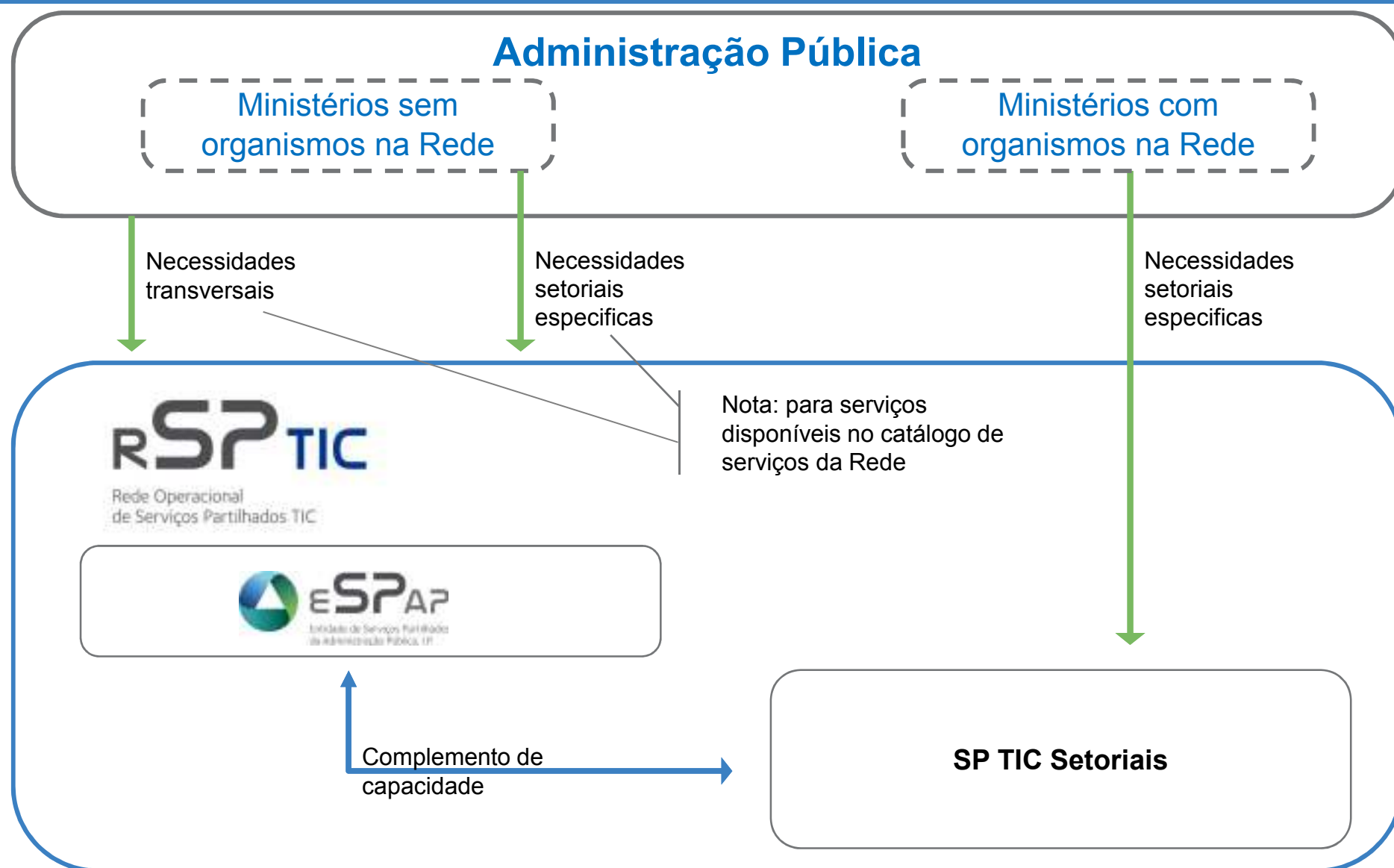
SP TIC Setorial Adm. Interna (SG MAI)

SP TIC Setorial Defesa (SG MD)

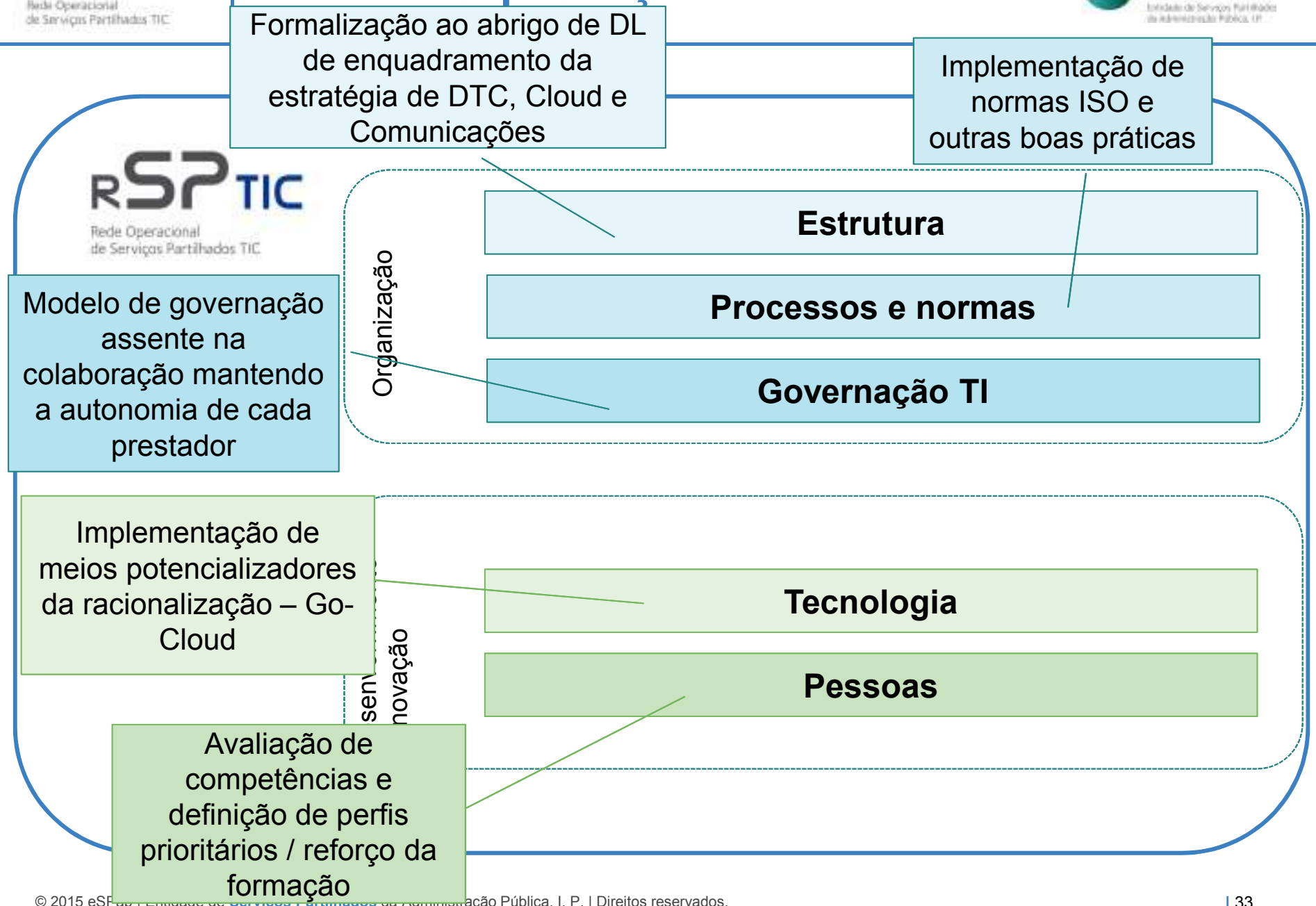
SP TIC Setorial Educação (FCT)

SP TIC Setorial Saúde (SPMS)

SP TIC Setorial Governo (CEGER)



Áreas de capacitação



É de realçar o **papel central que a construção e atualização do catálogo de serviços** – devidamente articulado com informação também atualizada sobre a capacidade existente – terá na eficiência da gestão de serviço.

Principais **dimensões do catálogo de serviços**:

- Serviço (aproximação, sempre que possível, aos standards de mercado)
- Níveis de serviço
- Custo
- SP TIC setoriais habilitados à prestação do serviço
- Capacidade instalada por serviço em cada um dos SP TIC habilitados à sua prestação



Serviços



Serviços de centros de dados (e.g. Housing; Hosting)



Serviços de disaster recovery



Serviços de Cloud

...

Exemplo de iniciativas de suporte à Rede no âmbito do peSPap

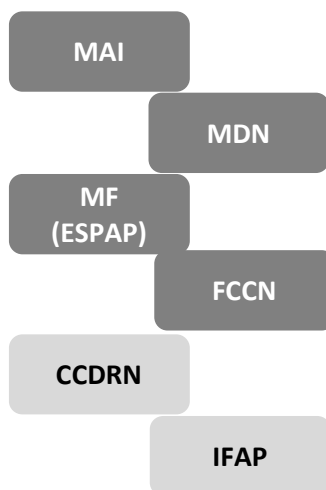
Criação da rede de centros de dados da AP

Criação da Go-Cloud



Serviços de centros de dados

Rede de centros de dados da AP - Avaliação detalhada a shortlist de CPD sinalizados como tendo boas condições para a prestação de serviços de centros de dados



Principais objetivos da avaliação:

- 1 Avaliar a pertinência dos *Data Centres* para a consolidação física da rede de CPD da AP
- 2 Avaliar através de um *Business Case* a integração de DC na rede de CPD da AP
- 3 Identificar iniciativas que permitam operacionalizar e promover a racionalização dos CPD



Serviços de Cloud

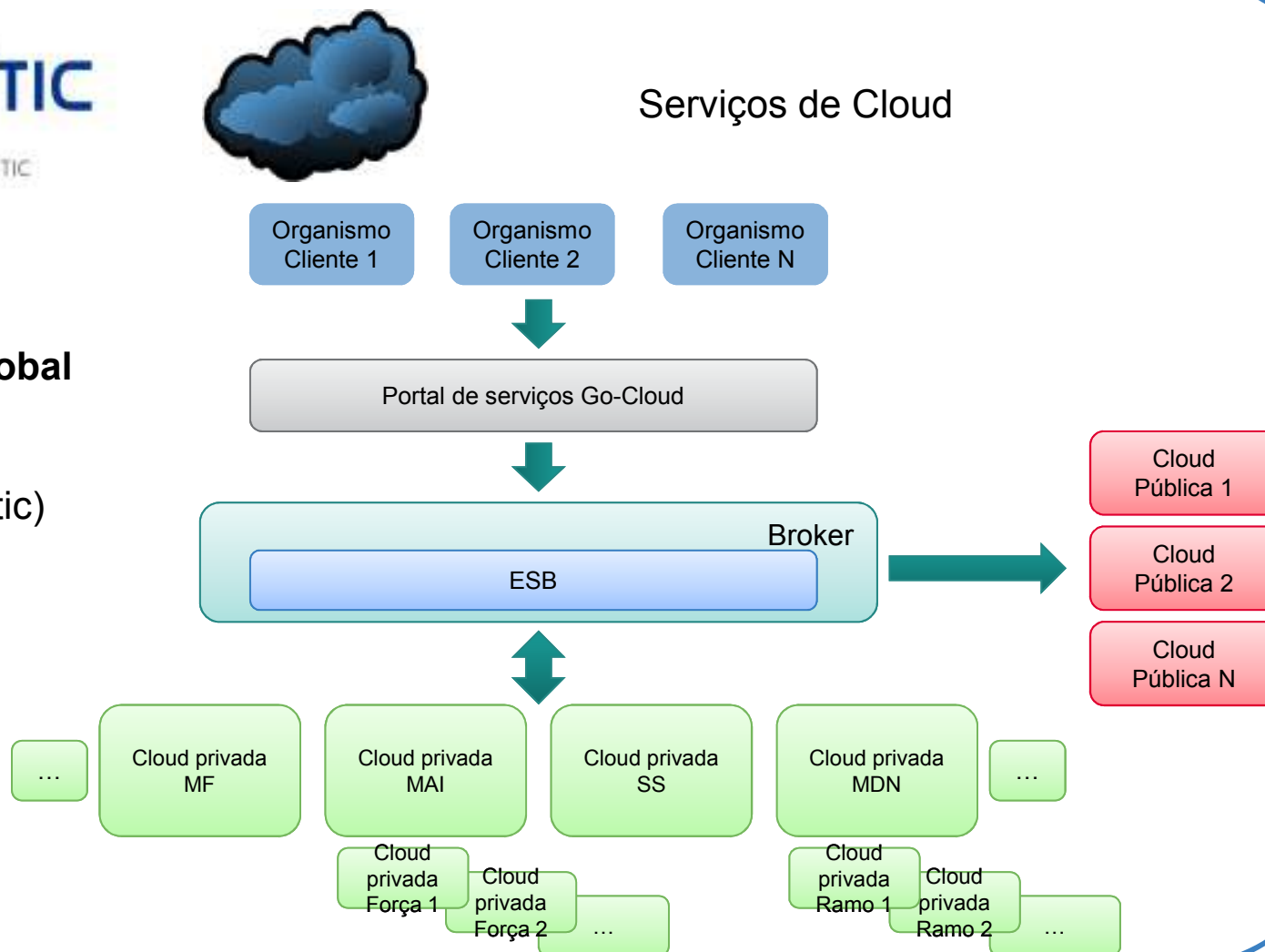
Go-Cloud - Cloud Governamental da AP portuguesa - Cloud híbrida, assente em standards (e.g. Opensatck), composta pelas clouds privadas de cada um dos ministérios com representação na rSPtic, disponibilizando funcionalidades que permitam, sempre que seja possível e racional do ponto de vista do negócio da AP, complementar a capacidade dessas clouds privadas com serviços prestados pelas restantes clouds privadas da rSPtic ou com serviços de cloud publica.



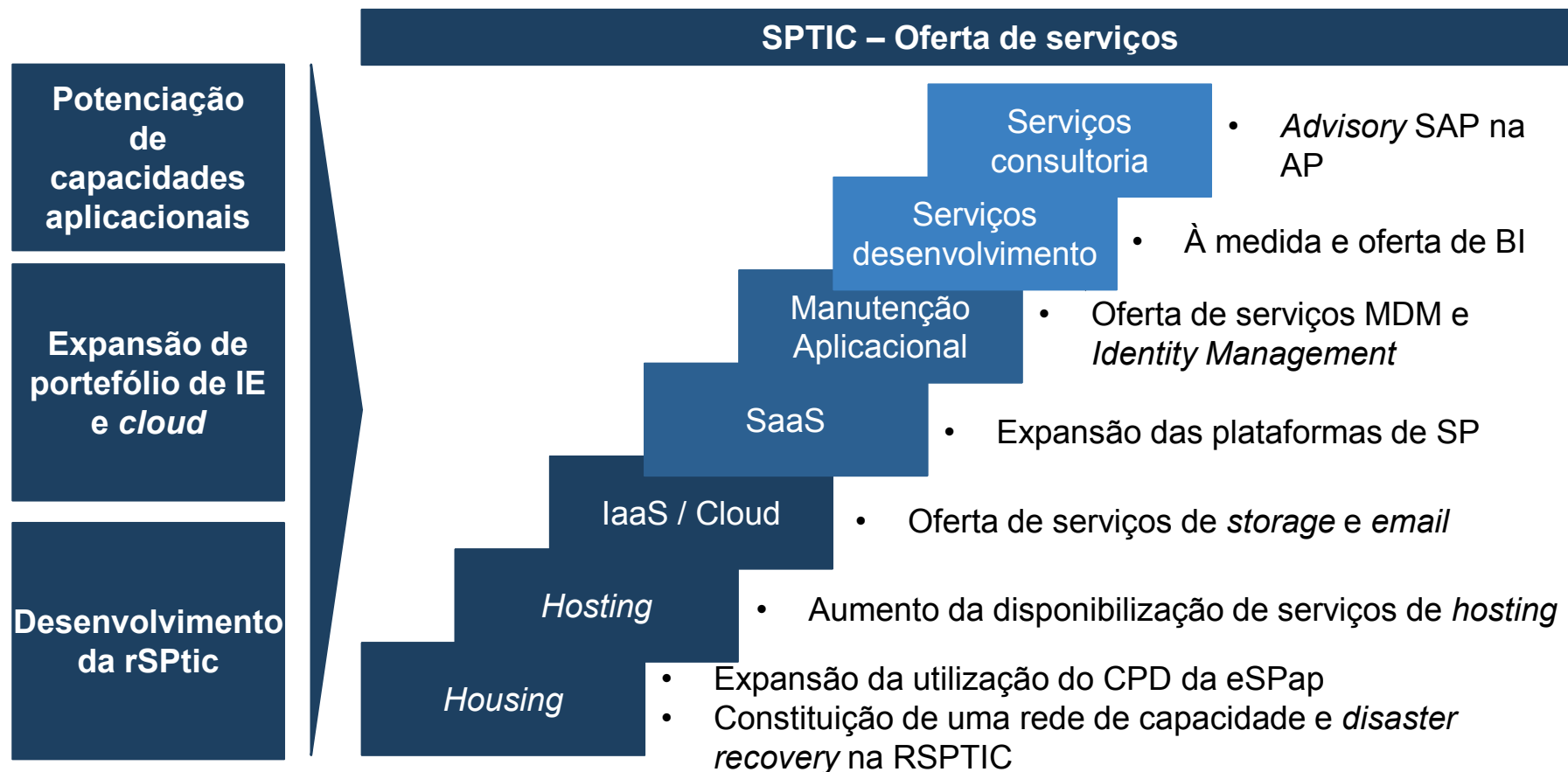
Go-Cloud

Arquitetura global

(Em discussão
no seio da rSPtic)



Os SPTIC irão continuar a **suportar a evolução das outras áreas e crescer a sua oferta no âmbito da rSPtic**, aproveitando a capacidade instalada da eSPap e dos restantes elementos da Rede para **prestar serviços TIC aos ministérios sem tradição de centralização da função informática**.





SP **PMO**

Project Management Office

Algumas das dificuldades mais comuns...

74% dos projetos não cumprem os prazos acordados.

Chaos Report 2013, Standish Group

Só 39% dos Projetos são concluídos com sucesso.

Chaos Report 2013, Standish Group

17% dos projetos de IT correm tão mal que colocam a existência da empresa em causa.

Delivering large-scale IT projects on time, on budget, and on value, 2012,, McKinsey & Company

Como Melhorar?

A redução de risco nos projetos pode ser alcançada através de *standardização* de processos e alinhamento dos projetos com a estratégia da Organização.

PMI's Pulse of the Profession™ - The High Cost of Low Performance, 2014, PMI

Alguns dos principais Fatores Críticos de Sucesso (~70%) de um projeto são: Suporte da gestão de topo, Boa gestão de Stakeholders, Otimização processual, *Expertise* em Gestão de Projeto e Objetivos claros.

*Chaos Report 2013,
Standish Group*

A Gartner considera que adoção de ferramentas de Gestão de Projetos em regime de SaaS é uma iniciativa de grande retorno. (benefit=high)

*Hype Cycle for Project and Portfolio Management
2014, Gartner*

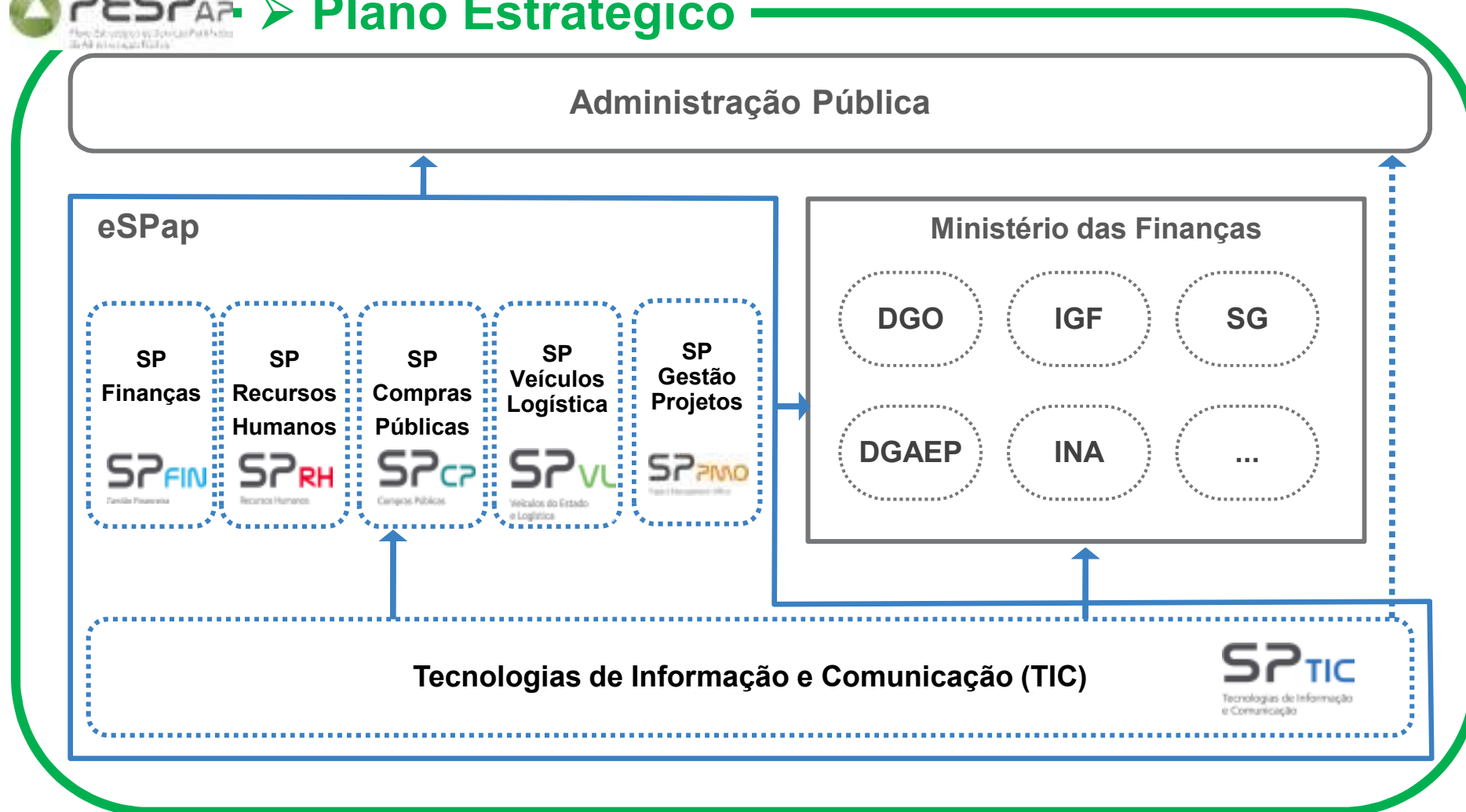
“A Gestão do Portefólio de Projetos é uma disciplina central que permite às organizações implementar a sua estratégia, desenvolver as suas competências-chave de negócio, gerir a mudança contínua e otimizar o investimento feito em projetos de IT.”

*Program and Portfolio Management
Key Initiative Overview,
2014, Gartner*

A existência de um PMO institucionalizado ajudou a aumentar o número de projetos entregues a tempo em 300% e a duplicar o cumprimento dos orçamentos e âmbitos acordados

*New Zealand Project Management Survey,
2010, KPMG*

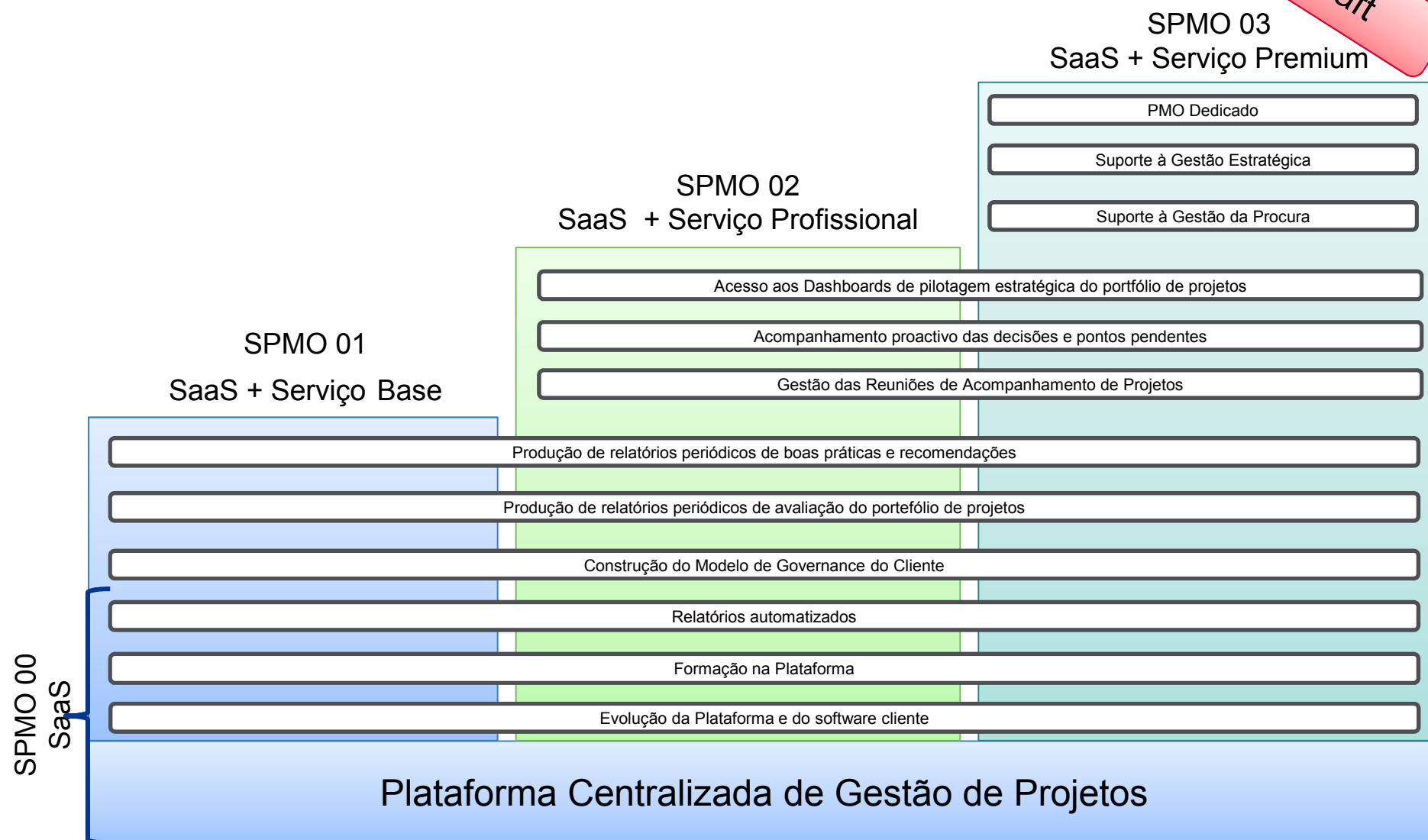
➤ Plano Estratégico

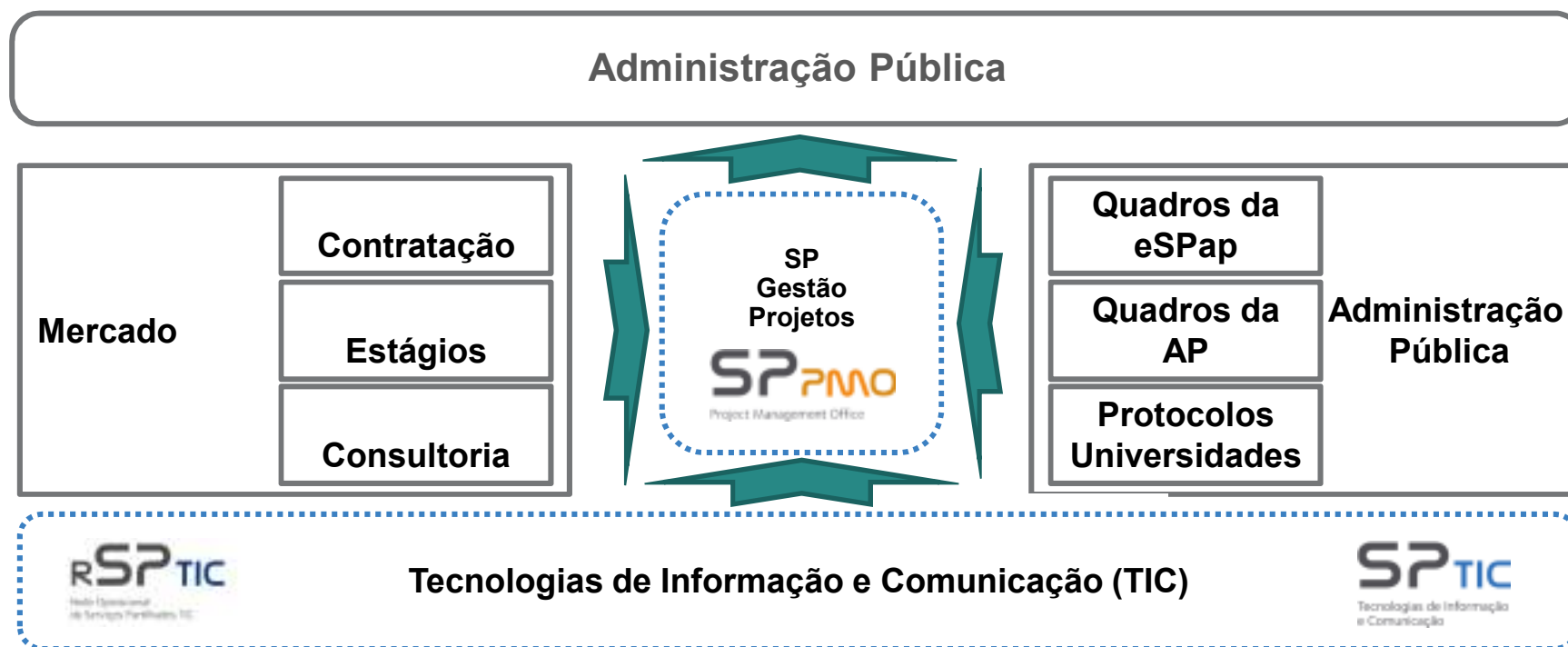


O SP PMO posiciona-se como um centro de excelência em Gestão de Portefólio e de Projetos (PPM), composto por profissionais certificados e com relevante experiência em gestão no ecossistema público, e alicerçado tecnologicamente numa plataforma transversal de suporte à gestão estratégica e de projetos, disponibilizada em regime de *SaaS – Software as a Service*.



Draft





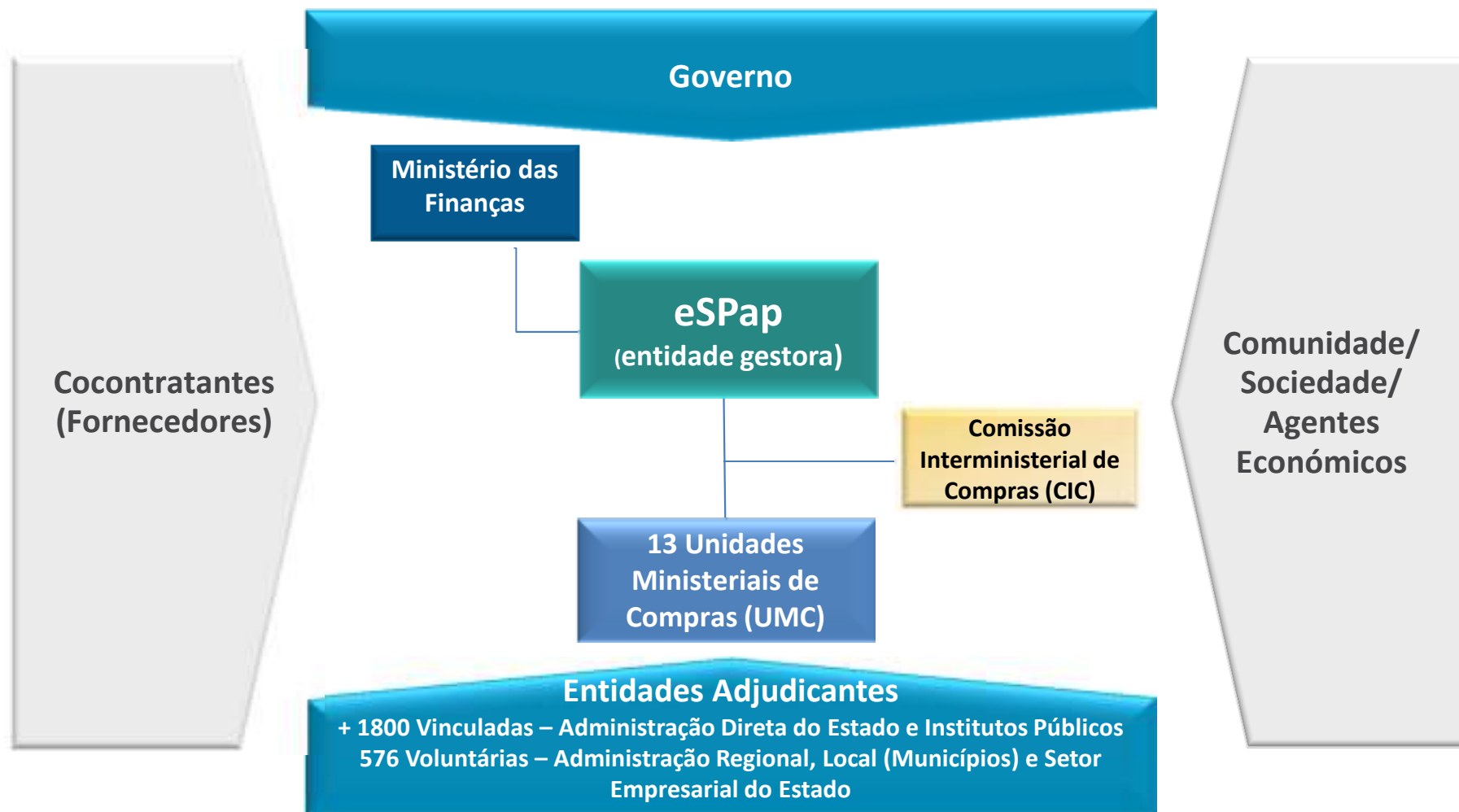


SPcp

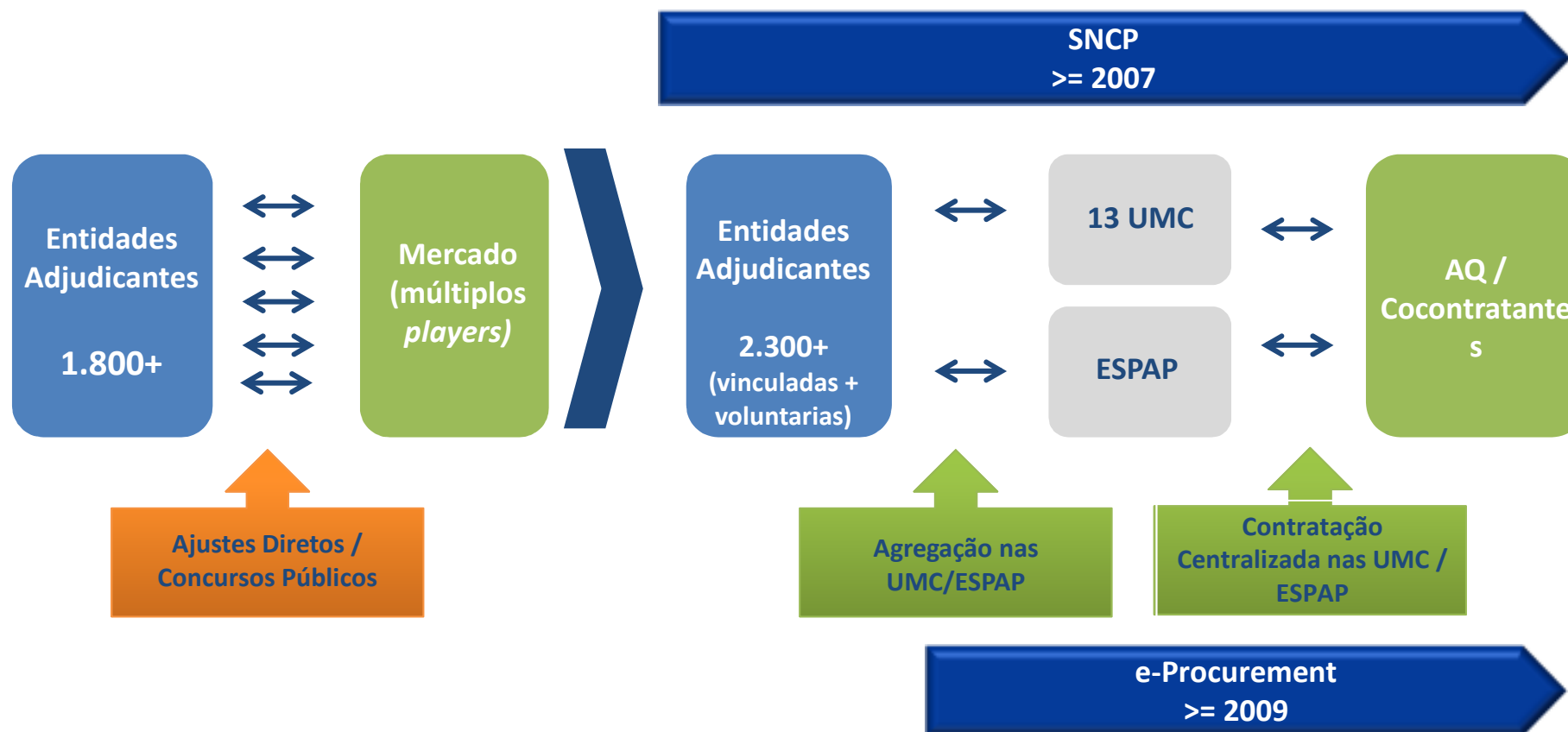
Compras Públicas

O Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

Modelo de Funcionamento (Decreto-Lei 37/2007)



Desenvolvimento do SNCP

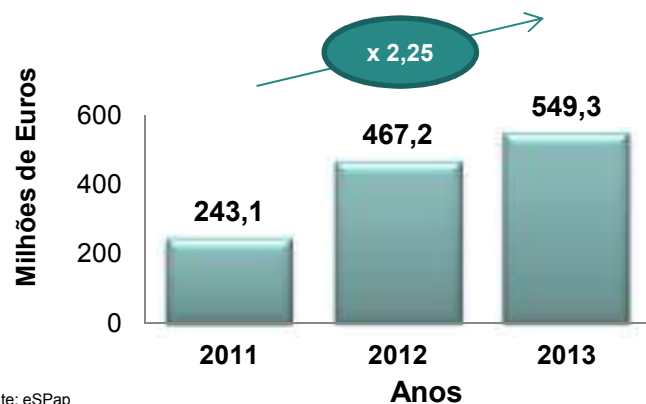


- × Cada entidades adjudicante compra de *per si*;
- × Ausência de uniformização e efeito escala;
- × Ausência da Função Compras.

- ✓ Foco na eficiência e poupanças;
- ✓ *Standardização* dos bens e serviços
- ✓ Contratação eletrónica

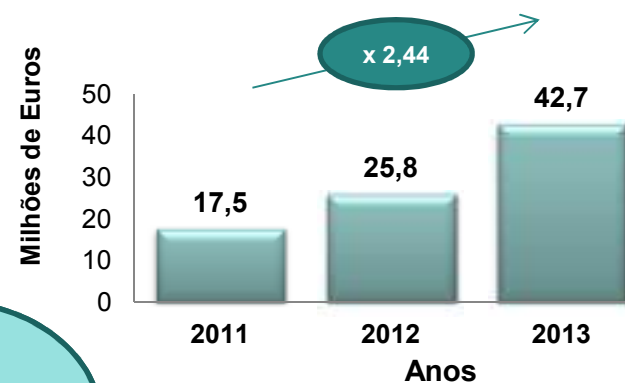
O Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

Aumento do nível de centralização das Compras Públicas do SNCP Volumes de Compras de Bens e Serviços Transversais Faturados



Fonte: eSPap

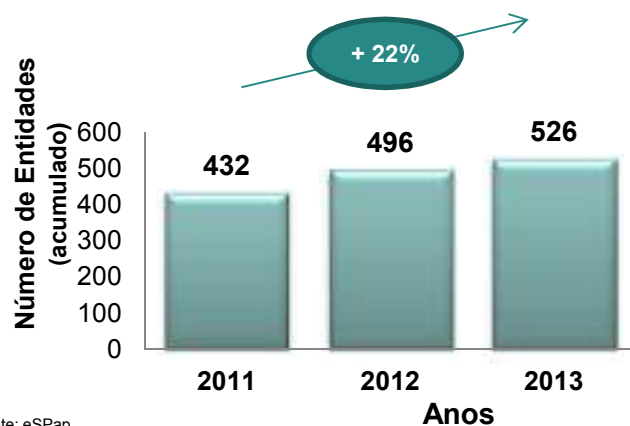
Aumento das Poupanças Globais nas Compras Públicas do SNCP Valor das Poupanças obtidas pelo SNCP, validado pela CIC



Fonte: eSPap

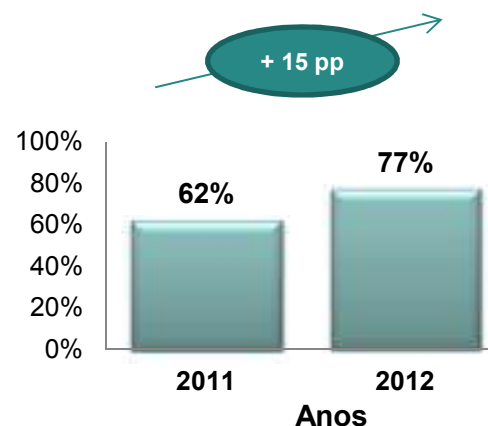
**Mais
Âmbito e
Melhores
Resultados**

Alargamento das Entidades Compradoras Voluntárias Número de entidades que de forma voluntária aderiram ao SNCP



Fonte: eSPap

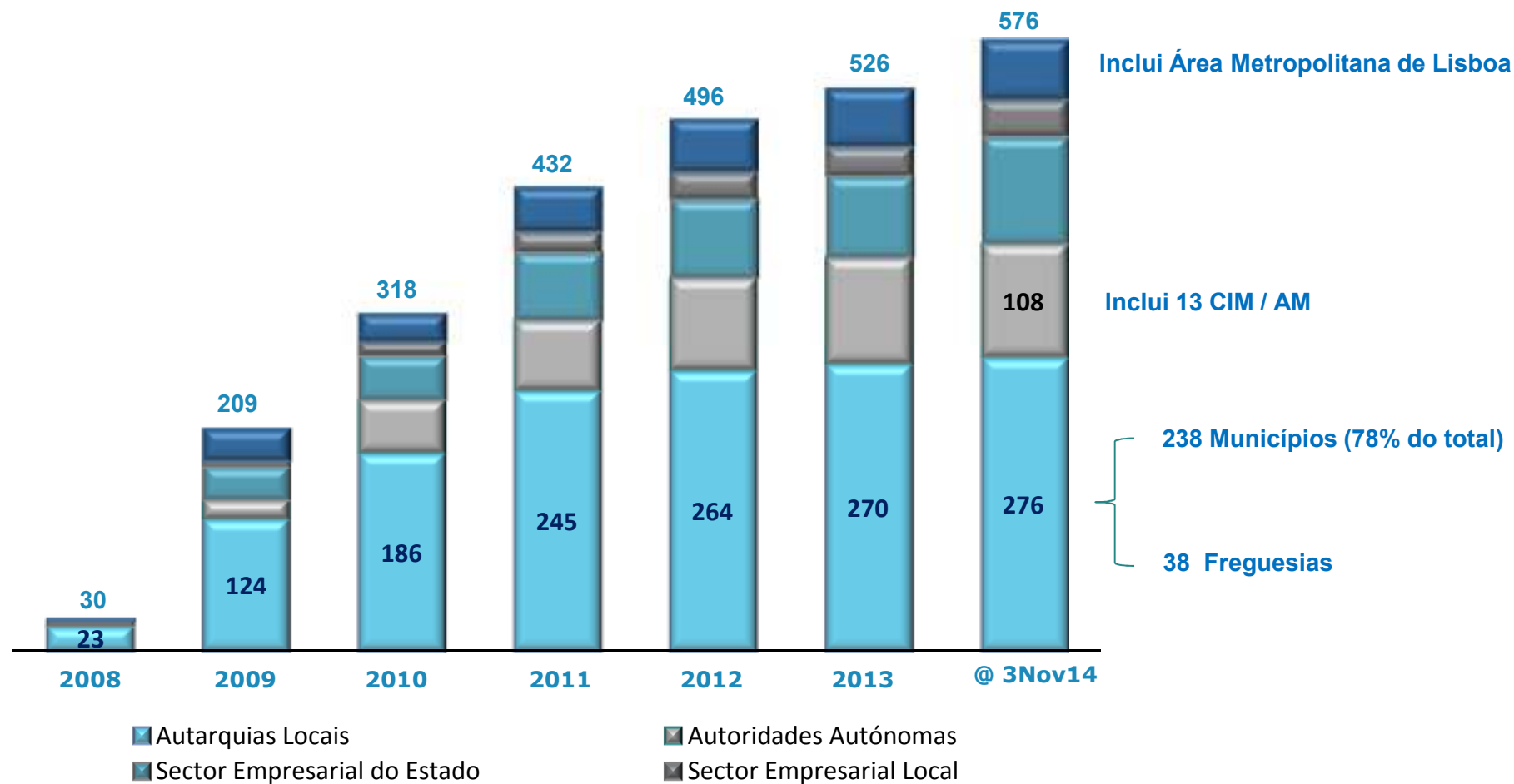
Aumento da utilização Plataformas Eletrónicas de Compras ICPEP: Índice de Contratação Pública Electrónica em Portugal



100%
Toda a
tramitação
processual na
formalização dos
AQ e nos
procedimentos
de consulta ao
abrigo do AQ é
efetuada em PEC

Fonte: Portal Base

Evolução da Rede do SNCP



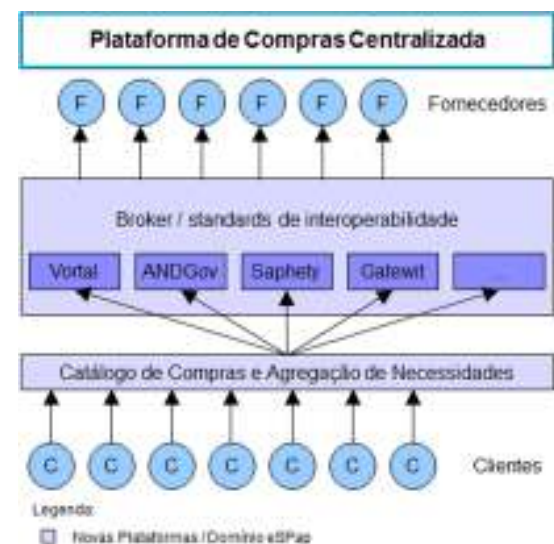
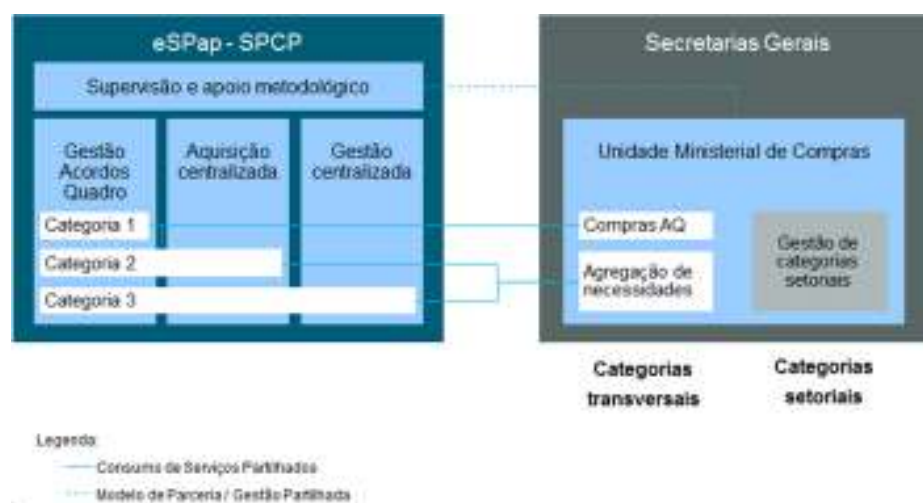
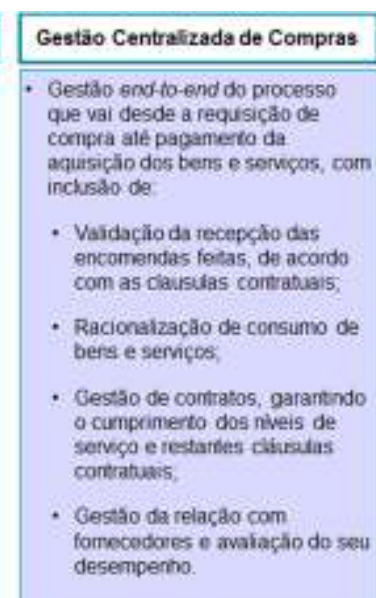
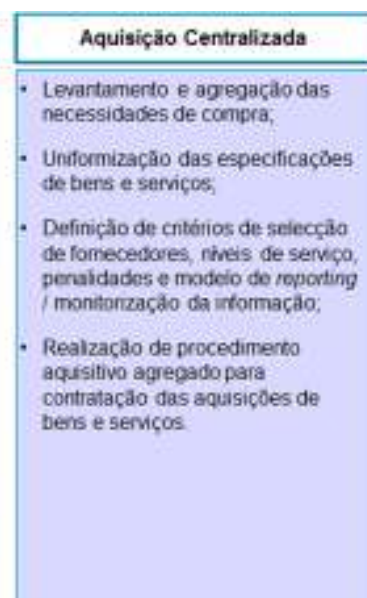
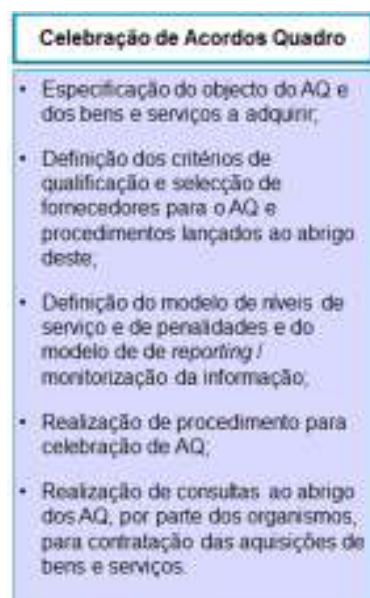
1800+ entidades vinculadas + 576 entidades voluntárias

Os Acordos-Quadro (AQ)

Acordos Quadro em Vigor			Indicadores
Categorias	Entrada em vigor	CoContratantes	
Papel e Economato	Abr. 2011	30	388 cocontratantes desde 2008; - Atualmente 193 empresas qualificadas (76% PME); 17 AQ (10 em vigor e 7 em procedimento concursal); - Poupança Global (2008-2103): 204,7 M€ - Universo da Despesa Pública: os AQ da eSPap são suportados por classificações económicas cifradas em 990,6 M € em 2014.
Equipamento Informático	Ago. 2011	18	
Viagens e Alojamentos	Set. 2011	13	
Eletricidade	Nov. 2011	3	
Veículos Automóveis e Motociclos	Jun. 2012	14	
Combustíveis Rodoviários	Set. 2012	3	
Serviço Móvel Terrestre	Out. 2012	3	
Consultadoria	Mai. 2013	28	
Refeições Confeccionadas	Set. 2014	7	
Vigilância e Segurança	Dez. 2014	12	
Acordos Quadro em Concurso			
✓ Higiene e Limpeza	✓ Licenciamento Software		
✓ Equipamento Informático	✓ Mobiliário		
✓ Papel e Economato	✓ Tecnologias de Informação (SITIC)		
✓ Manutenção de Elevadores			

O Sistema Nacional de Compras Públicas

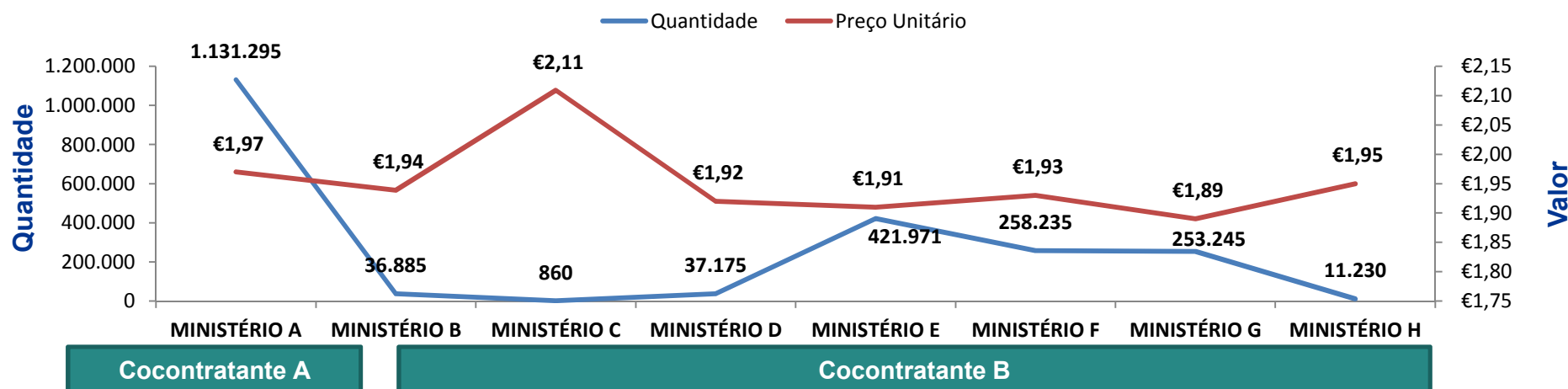
O PeSPap e o SNCP (2015-2017)



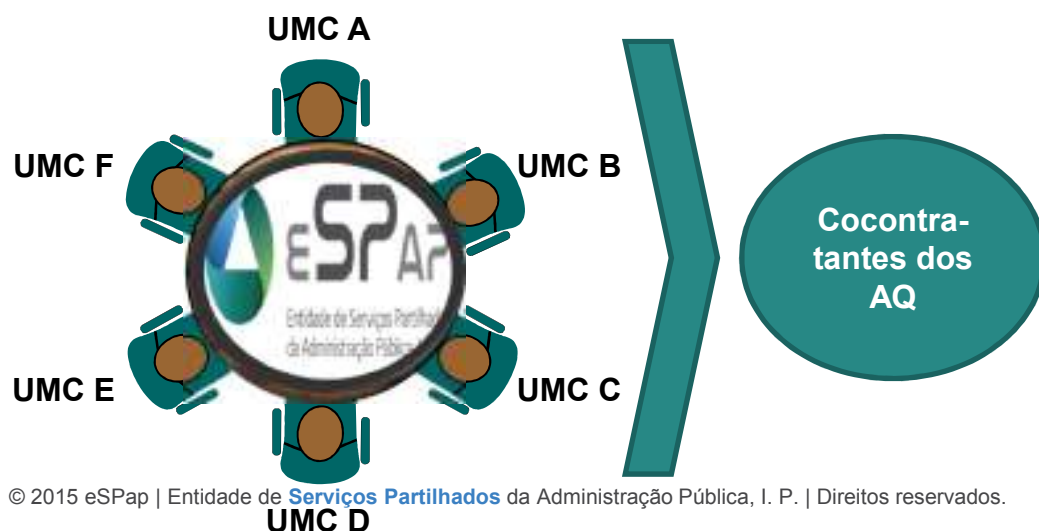
O Sistema Nacional de Compras Públicas

Procedimento Agregado pelas Unidades Ministeriais de Compras (UMC):

Exemplo Aquisição Produto Y:



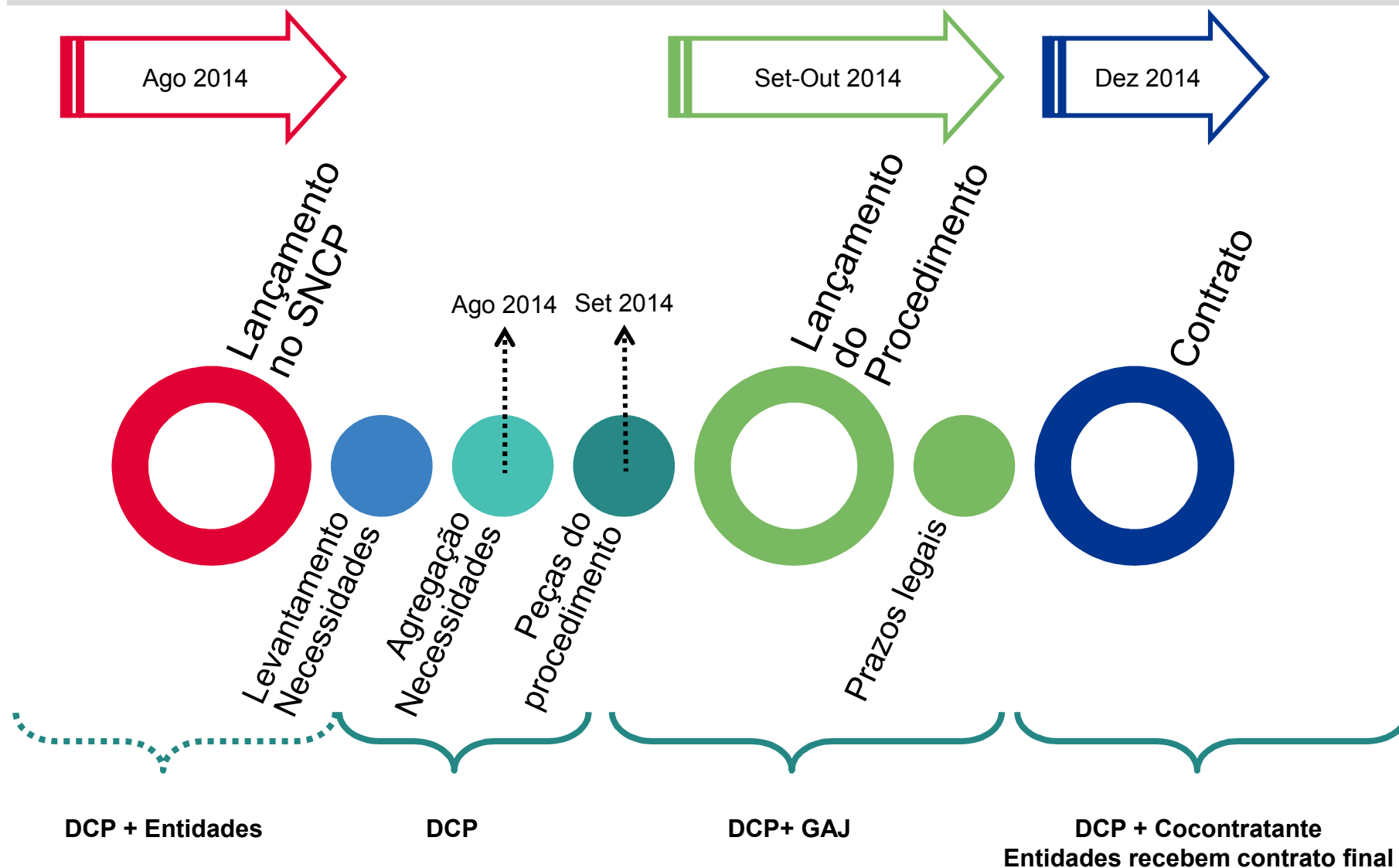
Proposta eSPap em sede de Comissão Interministerial de Compras (CIC):



- ✓ Beneficiar do efeito de escala para que todos tenham a melhor compra independentemente da dimensão da despesa;
- ✓ Poder negocial do Estado Português reforçado com maior responsabilidade e exigência;

O Sistema Nacional de Compras Públicas

Procedimento centralizado voluntário de eletricidade conduzido pela eSPAP:



O Sistema Nacional de Compras Públicas



A vossa experiência:

Organismo Nif	Organismo	2010	2011	2012	2013	2014 Total Geral
PT600024865	Direcção Regional de Educação do Norte	73.652,75 €	135.266,69 €	13.995.250,49 €	1.811.802,33 €	15.226,85 € 16.031.199,11 €
PT501306099	Município do Porto	90.076,41 €	240.526,65 €	2.446.350,43 €	3.160.750,38 €	2.676.135,35 € 8.613.839,22 €
PT501413197	Universidade do Porto - Reitoria	115,00 €	213.436,30 €	1.330.144,78 €	1.549.203,96 €	3.314.152,42 € 6.407.052,46 €
PT503606251	Instituto Politécnico do Porto	1.488,52 €	249.239,55 €	1.088.850,75 €	1.186.355,20 €	1.266.260,39 € 3.792.194,41 €
PT502423943	Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.	221.525,91 €	168.765,98 €	771.479,07 €	976.561,31 €	1.162.937,26 € 3.301.269,53 €
PT501305912	Município de Matosinhos	297.125,83 €	455.073,79 €	756.977,10 €	598.202,27 €	643.003,21 € 2.750.382,20 €
PT505335018	Município de Vila Nova de Gaia			993.051,88 €	793.611,55 €	653.978,33 € 2.440.641,76 €
PT600000354	Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte	319.577,78 €	541.884,65 €	531.282,26 €	531.007,65 €	403.202,53 € 2.326.954,87 €
PT505387131	Município de Maia		120.218,50 €	428.760,44 €	551.151,20 €	185.525,62 € 1.285.655,76 €
PT506848957	Município de Gondomar	11.500,00 €		120.933,45 €	236.861,00 €	505.148,44 € 874.442,89 €
PT501091823	Município de Felgueiras	171.484,55 €	165.064,51 €	95.989,63 €	148.307,14 €	153.333,87 € 734.179,70 €
PT600067831	Direcção Regional de Cultura do Norte	45.769,74 €	21.339,49 €	43.150,56 €	219.616,28 €	81.645,03 € 411.521,10 €
PT502011378	Universidade do Minho	564,00 €	15.710,73 €	79.132,61 €	52.045,35 €	46.936,30 € 194.388,99 €
Total Geral		1.232.880,49 €	2.326.526,84 €	22.681.353,44 €	11.815.475,62 €	11.107.485,60 € 49.163.721,98 €

AQ	2010	2011	2012	2013	2014 Total Geral
AQ-RC-2010			14.048.784,04 €	2.059.512,93 €	253.718,88 € 16.362.015,85 €
AQ-VS-2010		106.997,69 €	3.835.282,57 €	4.519.877,86 €	4.330.729,59 € 12.792.887,71 €
AQ-CR-2008	651.572,61 €	651.758,90 €	1.575.411,03 €	1.549.247,58 €	199.036,13 € 4.627.026,25 €
AQ-VA-2011		191.719,17 €	712.576,01 €	986.804,63 €	1.639.205,43 € 3.530.305,23 €
AQ-HL-2010		206.448,17 €	932.160,09 €	722.701,59 €	1.204.974,36 € 3.066.284,21 €
AQ-LS-2009	332.497,22 €	624.578,48 €	1.027.987,35 €	417.243,71 €	74.060,50 € 2.476.367,26 €
AQ-ENE-2011			168.877,45 €	753.261,00 €	1.433.785,39 € 2.355.923,84 €
AQ-CR-2012				273.423,40 €	1.731.851,02 € 2.005.274,42 €
AQ-EI-2011		251.942,48 €	112.453,18 €	262.433,28 €	81.380,38 € 708.209,32 €
AQ-PECI-2011		5.331,92 €	113.585,51 €	109.335,19 €	63.717,17 € 291.969,79 €
AQ-PECI-2008	160.450,13 €	63.847,80 €			
AQ-VAM-2009	11.240,93 €	55.617,33 €	55.873,20 €	60.292,32 €	3.323,14 € 186.346,92 €
AQ-SMT-2008	37.308,32 €	39.227,09 €	35.416,30 €	37.105,67 €	17.709,78 € 166.767,15 €
Outros AQ	39.811,28 €	129.057,81 €	62.946,71 €	64.236,47 €	73.993,83 € 370.046,10 €
Total Geral	1.232.880,49 €	2.326.526,84 €	22.681.353,44 €	11.815.475,62 €	11.107.485,60 € 49.163.721,98 €

Voluntárias
Câmara Municipal - Amarante
Câmara Municipal - Braga
Câmara Municipal - Celorico de Basto
Câmara Municipal - Felgueiras
Câmara Municipal - Gondomar
Câmara Municipal - Maia
Câmara Municipal - Matosinhos
Câmara Municipal - Mondim de Basto
Câmara Municipal - Ponte da Barca
Câmara Municipal - Porto
Câmara Municipal - Ribeira de Pena
Câmara Municipal - Vila Flor
Câmara Municipal - Vila Nova de Gaia
Câmara Municipal - Vila Real



As novas Diretivas Comunitárias e o SNCP *Principais desafios*

- **Diretiva 2014/23/UE** do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de fevereiro de 2014, relativa à adjudicação de contratos de concessão.
- **Diretiva 2014/24/UE** do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de fevereiro de 2014, **relativa aos contratos públicos e que revoga a Diretiva 2004/18/CE.**
- **Diretiva 2014/25/UE** do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de fevereiro de 2014, **relativa aos contratos públicos celebrados pelas entidades que operam nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais e que revoga a Diretiva 2004/17/CE.**



- Clarificação e densificação dos contratos excluídos (incluindo contratos *in-house*) – considerandos 5, 10 e 31
- Serviços sociais, culturais, saúde, jurídicos, hotelaria e restauração têm regime simplificado (<750m) – considerandos 114 a 118 e artigo 74.º
- Arbitragem e conciliação, patrocínio judiciário – contratos excluídos – artigo 10.º

- Possibilidade de prever critérios sociais e ambientais nos procedimentos de contratação (fatores do concorrente e não da proposta) – considerando 98
- Medidas para a proteção de PME's:
 - (volume de negócios < dobro do valor estimado do contrato) - considerando 83
 - Regra da divisão em lotes – artigo 46.º
- Modificação de contratos mais flexível do que previsto na jurisprudência comunitária – artigo 72.º

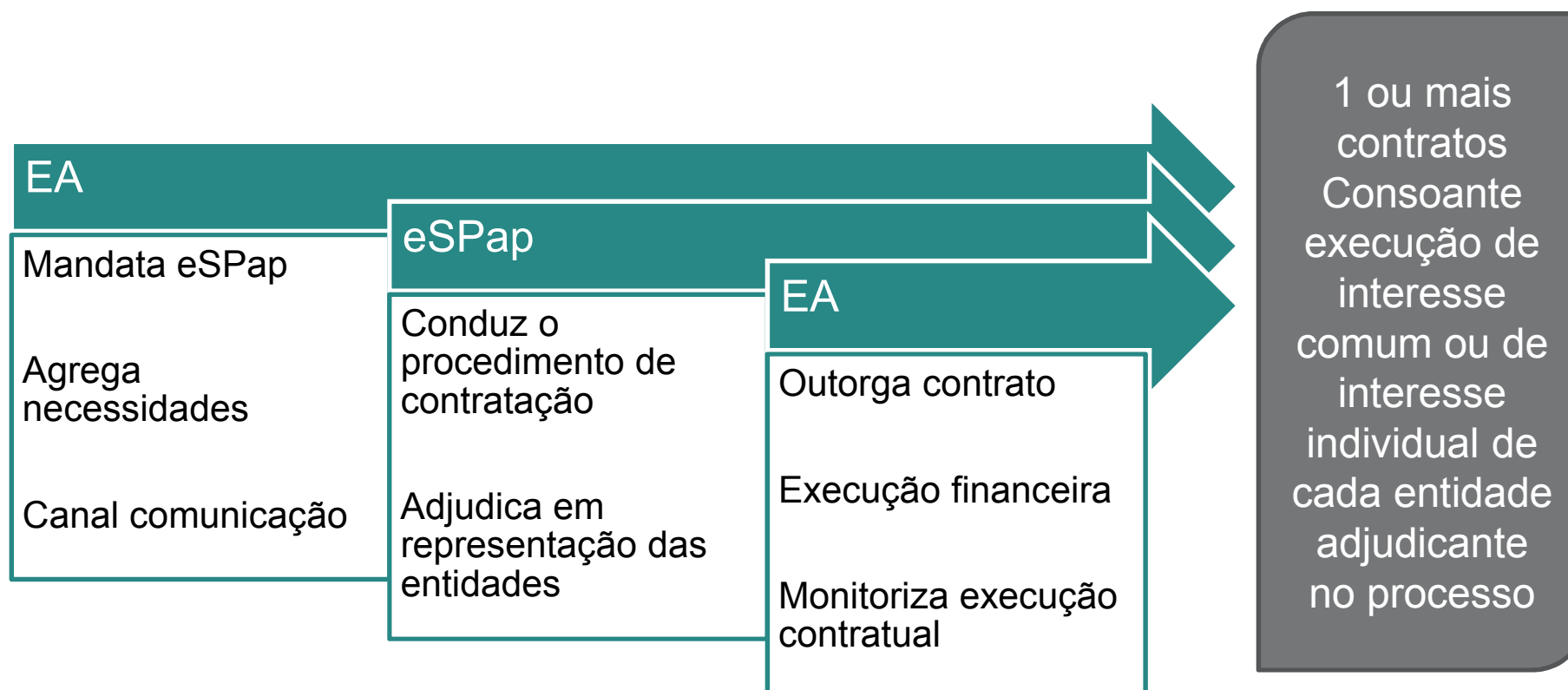
- Prazos de apresentação de propostas mais curtos
- Exclusão de operadores económicos baseada em mau desempenho anterior – considerando 101 e artigo 57.º
- Flexibilização do sistema de aquisição dinâmico e catálogos eletrónicos

- Recurso às centrais de compras não só para aquisição centralizada mas para contratação de outros serviços auxiliares (esta contratação é excluída) – considerando 70
- Clarificação da impossibilidade de entrada de novos operadores durante a vigência de um AQ – considerando 60
- Clarificação das regras do *call off* sem apelo à concorrência – artigo 33.º
- Presunção de legalidade dos procedimentos centralizados ao abrigo de um AQ – artigo

Onde estamos?

- SNCP obrigatório para administração direta e indireta (e toda a que esteja equiparada a esta)
- Adesão de AA e SEP
- Celebração de AQ
- Agregação e centralização - UMC

Processo de aquisição centralizada ESPAP



Aquisição ao abrigo dos AQ - vantagens

Caderno de
encargos
simples

Minutas de
peças do
procedimento
disponíveis

Prazos mais
curtos



eSPAp

Entidade de Serviços Partilhados
da Administração Pública, I.P.

Juntos, partilhamos eficiência

eSPap

Av. Leite de Vasconcelos, 2 • Alfragide